

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

65

JANEIRO – MARÇO  
1992

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	900\$00	1.700\$00
Outros países estrangeiros	1.200\$00	2.000\$00
Este número	250\$00	—

JANEIRO — MARÇO

65

ANO XVII

Apresentação

A Eucaristia, principal manifestação  
da Igreja

Para quê uma igreja?

Arte Sacra e Património

Cultural da Igreja

Serviço Nacional de Música Sacra

Edição Definitiva do Missal Romano

XVIII Encontro Nacional

IV Encontro das Comissões de Arte

Sacra das Dioceses do Sul

*J. Leão Cordeiro*

*José Ferreira*

*A. Ramos*

Inicia-se, com este número, mais um ano do nosso Boletim, justamente o XVII. Não é ainda uma idade provecta, mas já se vai aproximando da maioridade. Quando se pensa que muitas revistas, e mesmo jornais, não passaram do seu primeiro número, é caso para dar graças a Deus por estes dezassete anos de vida e para continuar a mantermos fiéis aos objectivos da reforma litúrgica que o Movimento Litúrgico promoveu e o Vaticano II consagrou na Constituição sobre a Liturgia.

Entramos, também aqui, num 2º fôlego da reforma litúrgica, tendo em conta as palavras normativas e proféticas do Papa João Paulo II na sua Carta Apostólica pelo XXV aniversário da Constituição Conciliar sobre a Liturgia:

"É necessário empreender de novo uma educação intensiva que leve a descobrir todas as riquezas que estão contidas na Liturgia".

O Cardeal Danneels, arcebispo de Malines – Bruxelas, escreveu não há muitos meses que, ao fim destes anos de contínuo trabalho em favor da participação dos fiéis nas celebrações litúrgicas, falta ainda que a Liturgia passe pelo coração do povo de Deus. Não bastam as técnicas da participação activa nem a formação bíblica e litúrgica; é preciso que se despertem as fibras mais íntimas do nosso ser profundo, da nossa sensibilidade afectiva.

Passa também por aqui o "aprofundamento cada vez mais intenso da Liturgia da Igreja", como disse João Paulo II na Carta Apostólica acima referida.

Este número do Boletim publica dois artigos de dois dos nossos melhores colaboradores: o Cón. José Ferreira e o Dr. José de Leão Cordeiro.

O Dr. Leão Cordeiro escreve sobre a Eucaristia como principal manifestação da Igreja, evocando o panorama da celebração dominical na sua terra natal e deixando vibrar todas as cordas da sua vivência eucarística no meio rural que lhe serviu de berço. Mas não se ficou por aí. Subiu à catedral da diocese e soube ver nela o sinal da Igreja, Casa

*de Deus e casa do povo. Voltou, de novo, à paróquia e descreveu inspiradamente o domingo na comunidade paroquial, "a grande festa que reúne os filhos de Deus à volta de Cristo ressuscitado, unindo-os ao Bispo da diocese, sucessor dos Apóstolos, através do pastor que, enviado por ele, preside à assembleia".*

*O Cón. José Ferreira explica o para quê duma igreja e diz como se passou da igreja-assembleia à igreja-casa. Parte depois da compreensão da liturgia para as soluções coerentes e correctas dos lugares da celebração, e descreve a função do presidente e dos vários ministros da assembleia litúrgica.*

*Mostra ainda como a igreja é casa de Deus porque é casa dos homens em que Deus habita, e apresenta alguns requisitos fundamentais para a construção duma igreja, entre os quais a sua funcionalidade e a sua nobre simplicidade.*

*O artigo sobre Arte Sacra e o Património Cultural da Igreja procura chamar a atenção dos leitores para os valores da beleza ao serviço da liturgia e para o papel do património eclesial na missão prioritária da evangelização dos homens do nosso tempo. A próxima abertura das fronteiras entre os países da Comunidade Europeia torna indispensável e urgente a defesa das obras artísticas pertencentes à Igreja e confiadas à sua guarda.*

*Das várias notícias que se publicam neste Boletim merece natural relevo a publicação para breve da edição oficial e definitiva do nosso Missal. Não tão nosso como isso, porque este Missal é também considerado oficial pelas Igrejas de todos os Países Africanos de língua portuguesa. Até por esta razão, mas não principalmente, o Missal, que esperamos venha a ser utilizado pela primeira vez nos altares das nossas catedrais na próxima Páscoa, é um acontecimento digno de registo, e um marco histórico e literário que ficará a assinalar um ponto alto da reforma litúrgica do Vaticano II no nosso vasto mundo de língua portuguesa.*

# A Eucaristia, principal manifestação da Igreja

## Introdução

As primeiras e mais persistentes recordações religiosas da minha infância andam ligadas ao domingo.

Na véspera à noite, pouco depois do pôr do sol de sábado, os sinos tocavam de maneira diferente dos outros dias, recordando à aldeia inteira, toda ela cristã, que vinha aí o dia mais importante da semana. Era um primeiro sinal, a anunciar a singularidade de cada domingo. Toda a gente, fatigada por seis dias de trabalho intenso, sob os rigores do tempo, experimentava uma súbita alegria interior e começava a saborear antecipadamente o descanso que o dia do Senhor lhes ia proporcionar.

No domingo, logo de manhãzinha, depois do nascer do sol, de novo se ouvia o repicar alegre dos dois sinos, o grande e o pequeno, tocados por mãos de quem nunca frequentara escola de música, mas cuja arte tinha o condão de pôr vibrações dentro do coração, e nos pés dos mais pequenos uma vontade louca de correr e de pular. Nos meus poucos anos, eu já conseguia distinguir esse dia dos outros. Este parecia-me como dia de festa, porque as pessoas sorriam e falavam de maneira diferente do habitual e tinham um ar mais prazenteiro. Até parecia que o próprio ar cheirava a lavado.

Dentro de cada casa repetia-se, domingo após domingo, um ritual invariável. Os mais velhos lavavam-se a preceito, e vestiam a roupa melhor, e os mais pequenos não conseguiam furtar-se ao “suplício” do banho que as mães lhes davam, antes de lhes vestirem roupa lavada. Entretanto, na torre, com espaços de meia hora, os sinos iam dando “a primeira”, “a segunda” e “a terceira” para a Missa.

Toda a gente se dirigia então para a igreja, e à hora que nunca variava, fosse inverno ou verão, começava a Missa do domingo, mo-

mento importante da vida espiritual dos paroquianos. A aldeia ficava deserta. Se alguém passasse pelas ruas ou batesse às portas naquela hora, não encontraria viva alma.

Fora a Missa dominical da minha aldeia que moldara cristãmente, uma após outra, as muitas gerações que ao longo dos séculos tinham pisado aquelas mesmas calçadas de pedra e cultivado os mesmos campos. Tinham-se sucedido os párocos, vindos de longe ou de perto, cada um com sua história pessoal, que a memória dos habitantes mais velhos guardava e contava. Houvera-os que ensinavam a ler e a escrever quem não sabia uma letra; outros fundiam sinos em instalações rústicas, ou faziam ao torno piões amarelinhos, de buxo, para os pequenitos da escola jogarem, na Quaresma. Porém, um traço comum os ligava: todos tinham celebrado a Missa do domingo para o seu povo, todos tinham explicado, com mais ou menos profundidade teológica e sentido prático, a doutrina de Jesus, todos tinham sido pastores daquele pequenino rebanho do Senhor.

Na sucessão das gerações, a minha era apenas mais uma que continuava o antiquíssimo costume de ir à Missa, naquela hora de domingo. E, quando hoje visito a aldeia onde nasci e me criei, descubro, sem estranheza, que a Missa do domingo continua a perdurar, invariável no seu ritmo semanal e nas suas estruturas profundas.

Estas recordações de infância dizem-me com mais clareza do que muitas páginas de eclesiologia ou de liturgia, que é sobretudo na Missa dominical que a Igreja da minha terra se vai construindo sempre, não com pedras mas com homens e mulheres crentes, num trabalho comum com altos e baixos, feito uns com os outros, em equipa, ao longo do tempo. É participando do mesmo Evangelho, da mesma fé, do mesmo Cristo, do mesmo Pão eucarístico e do mesmo Espírito, cada domingo, que os fiéis da minha terra e de todas as terras, vão sendo, cada vez mais verdade, a Igreja.

## **1. A Eucaristia, ícone da Igreja**

### *1.1 O dia do Senhor*

Há pouco tempo, uma equipa da Televisão japonesa veio realizar filmagens em França. Andou por toda a parte, gravou milhares de metros de película e fez centenas de reportagens. Quando, passado um mês de trabalho se preparava para regressar ao Japão, foi ela própria



entrevistada pela Televisão francesa. Depois de cada um dos membros que a constituía ter feito a síntese do trabalho particular que fizera, o entrevistador quis saber qual o aspecto ou facto concreto que mais os impressionara. Resposta pronta do responsável do grupo: o facto que mais impressão nos causou foi o de todos os domingos, onde quer que nos encontrássemos, vemos grupos de pessoas a dirigir-se para as igrejas. Estamos convencidos ser esse também o aspecto que constituirá a maior novidade para o público televisivo japonês. Nós, no Japão, também temos as nossas reuniões religiosas. Mas não as fazemos em dia fixo, nem todas as semanas.

Este simples apontamento de reportagem dá-me ocasião para afirmar que toda a reflexão sobre a Eucaristia dominical deve começar pela descoberta da importância do domingo na vida dos cristãos.

O domingo é o dia de Cristo constituído Senhor na Ressurreição. Se os cristãos se reúnem para celebrar a Eucaristia no dia do Senhor, é por serem os homens e as mulheres da Páscoa e por acreditarem que Jesus ressuscitado se torna presente na assembleia dos irmãos. O domingo é o dia de Páscoa semanal, como diz o Concílio Vaticano II: "Por tradição apostólica, que nasceu no próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo" (SC 106).

Esta tradição apostólica começou com as aparições de Jesus ressuscitado a Maria Madalena, depois aos discípulos de Emaús, em seguida aos dez, reunidos, aos quais pediu que Lhe dessem o que sobrara da refeição deles (Lc 24, 33-43). Oito dias depois nova aparição, desta vez também a Tomé (Jo 20, 26), e vinte e cinco anos mais tarde encontramos Paulo a presidir a uma Eucaristia, em Tróade, no primeiro dia da semana (Act 20, 6-11).

Um dos primeiros escritos cristãos, não bíblico, chamado a *Didaqué*, prescreve: "Reuni-vos no dia do Senhor, parti o pão e dai graças, depois de terdes confessado os vossos pecados" (*Didaqué*, 14). E pela mesma época, Santo Inácio de Antioquia afirma: "Os cristãos já não guardam o sábado, mas vivem segundo o dia do Senhor, porque nesse dia surgiu a nossa vida, fruto da morte do mesmo Senhor" (S. Inácio de Antioquia, Carta aos Magnésios 9,1). Para os discípulos de Jesus, reunir-se no dia da ressurreição não é dever, mas necessidade, motivo pelo qual, mesmo em tempo de perseguições, eles persistem em reunir-se, dizendo: "Como poderíamos nós viver sem o domingo" (S. Inácio de Antioquia, Carta aos Magnésios 9)?

Esse dia em que os fiéis se reuniam, não coincidia com os dias de descanso dos calendários grego e romano. Apesar disso, afirma S. Justino: "No chamado dia do sol, todos, quer habitem na cidade ou no campo, se reúnem num mesmo lugar" (S. Justino, Apologia I, 67), recomendação que o Concílio Vaticano II actualiza por estas palavras: "Nesse dia devem os fiéis reunir-se em assembleia, para ouvirem a palavra de Deus e participarem na Eucaristia" (SC 106).

Quando o domingo passou a ser dia de descanso semanal nos países de cultura cristã, "deu um prolongamento familiar e social à alegria dos baptizados, solicitando também a sua abertura aos outros. Se a Eucaristia é o vínculo do amor, a irradiação do domingo deve atingir os mais isolados, os pobres, aos quais o cristão franqueia a sua mesa, e os doentes, que ele reconforta com a sua visita. E desse modo o dia do Senhor torna-se o "senhor dos dias" (Pierre Journel, *A Missa ontem e hoje*, cap. 14).

## *1.2 O povo reunido*

A descrição da Missa no Missal de Paulo VI, abre com as palavras: "Reunido o povo". Quer isto dizer que a celebração eucarística do domingo pressupõe a reunião prévia dos baptizados. Dispersos nas famílias, nos bairros, e nas ruas da cidade, da vila ou da aldeia, os cristãos continuam, hoje como no tempo de São Justino, a reunir-se, ao domingo, "num mesmo lugar", em nome e por convocação de Cristo, já presente em cada um deles, e depois também presente na assembleia: "Onde dois ou três se reunirem em meu nome, Eu estou no meio deles" (Mt 18, 20).

A esse povo convocado e reunido em assembleia, quem lhe preside é Cristo. Para isso torna-se presente, dum outro modo particular, no bispo ou no presbítero, que actuam "in persona Christi", o que é mais do que apenas em seu nome. Escolhidos por Deus e ordenados pela imposição das mãos dum sucessor dos Apóstolos, eles servem os seus irmãos baptizados, interpretando a Palavra, orando, e tornando presentes o Corpo e Sangue de Cristo, ao repetirem, em memória do Senhor, os gestos e as palavras da última Ceia.

À volta do bispo ou do presbítero, diversos fiéis realizam os ministérios da leitura, da salmodia, do serviço do altar, da recolha dos dons, da distribuição da comunhão e do canto. Presidente, ministros e fiéis da nave constituem a assembleia, o povo reunido.



"Na repartição harmoniosa das funções de cada um, a assembleia dominical dos cristãos é muito mais do que uma reunião humana. Ela é o ícone da Igreja, a epifania do povo de Deus, do corpo de Cristo" (Pierre Jounel, I.c., cap. 15).

### *1.3 À escuta da Palavra de Deus*

Quando escutamos, em assembleia, a leitura da Palavra de Deus, quem nos fala é o Senhor, pela voz do Espírito no mais íntimo do nosso ser. Por detrás do leitor que proclama o texto e do sacerdote que o comenta, é o Espírito Santo que fala e faz compreender. As mais belas páginas da Bíblia seriam letra morta sem esse Mestre. Por isso, "pôr-se à escuta da Palavra, é pôr-se à escuta do Espírito, cujo fim é instruir-nos para celebrarmos o mistério pascal" (cf. Pierre Jounel, I.c., cap. 23), como fez Jesus, na tarde da Páscoa, com os discípulos de Emaús, aos quais só depois se deu a conhecer na fracção do pão.

"A presença activa de Cristo na liturgia da Palavra foi posta em evidência pelo Concílio Vaticano II: "É Ele que fala ao serem lidas na Igreja as Sagradas Escrituras" (SC 7). É Ele que "continua a anunciar o evangelho" (SC 33) (Pierre Jounel, I.c.) e a alimentar e fortificar a fé pelo acolhimento da palavra de Deus.

Aliás, no ensino unânime da Tradição, a mesa da Palavra de Deus está intimamente unida à mesa da Eucaristia, pois se é desta que recebemos o Pão da vida, é à mesa das leituras dominicais que somos alimentados pela doutrina do Senhor. Foi por isso que o Concílio afirmou que "a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística estão de tal modo estreitamente ligadas entre si que constituem um único acto de culto" (SC 56).

### *1.4 A refeição eucarística*

A reunião dominical dos cristãos tem como centro a celebração da Eucaristia, cuja importância lhe vem do facto de ela mergulhar as suas raízes na Ceia do Senhor. Ao reunirem-se para repetir os gestos e as palavras de Cristo, os cristãos comem do pão e bebem do cálice, depois do bispo ou do presbítero terem pronunciado, na oração de bênção, as palavras de Jesus: "Tomai e comei, isto é o meu Corpo. Tomai e bebei, este é o meu Sangue. Fazei isto em memória de Mim".

É por ser a repetição da refeição tomada por Jesus com os seus Apóstolos, que a celebração eucarística é o memorial da última Ceia,

refeição que antecipou o sacrifício da Cruz, no próprio momento em que o Senhor dava início à sua paixão, na véspera da sua morte. Por isso, nada há mais importante na Igreja do que-tal celebração. Ela é o derradeiro gesto de Jesus com os seus discípulos, mas é sobretudo o mais cheio de consequências. Foi aí que Ele se lhes deu em alimento. É aí que a Igreja continua a alimentar-se do Corpo entregue e a beber do Sangue derramado durante a paixão dolorosa, que se tornou para nós "bem-aventurada paixão", paixão triunfal, porque a contemplamos hoje à luz da Páscoa.

É pela celebração eucarística que os fiéis são inseridos, da maneira mais profunda, no mistério pascal de Cristo, mistério que se perpetua ao longo dos séculos na liturgia da Igreja. "Refeição sacrificial da nova aliança, pão partilhado com o Senhor da Glória, acção de graças da comunidade dos crentes, reunião jubilosa à volta da mesa, à qual preside Cristo na pessoa do seu ministro, assim se apresenta a Missa para as gerações mais próximas do acontecimento inicial" (Pierre Journel, l.c., cap. 1), e assim continua a apresentar-se para a Igreja, hoje.

## **2. A Eucaristia episcopal, epifania da Igreja particular**

### *2.1 O que é uma Igreja particular*

A Igreja particular também se lhe chama Diocese, que o Concílio Vaticano II, define nestes termos: "Diocese é uma porção do povo de Deus que se confia a um Bispo para apascentar, com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e congregada por ele no Espírito Santo, por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular, na qual está realmente presente e actua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica" (CD 11).

Cada diocese é, pois, uma Igreja particular, ou, ainda, uma Igreja local. Ela não é a Igreja toda, mas também não é apenas uma parte da Igreja. O Concílio chama-lhe "porção do povo de Deus", e não, parte da Igreja, porque nela está todo o mistério e dignidade da Igreja de Cristo, todos os sacramentos, graças, carismas e ministérios que lhe são necessários para ser o todo da Igreja, realizado numa comunidade concreta, que vive num determinado local do mundo. Essa "porção do povo de Deus" também não é a Igreja toda, e por isso deve permanecer numa atitude de comunhão com as outras Igrejas particulares, que como ela são porções da única Igreja de Cristo, e numa atitude de abertura aos

valores delas, "de maneira que o todo e cada uma das partes aumentem pela mútua comunicação entre todos e pela aspiração comum à plenitude da unidade" (C.B. 3).

A Igreja local é uma "porção do povo de Deus" reunido e participante da unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pelo ministério do seu Bispo, em comunhão com a Igreja de Roma e com o seu Bispo, o Papa, sucessor de Pedro, ao qual Jesus disse um dia: "Simão, eu roguei por ti para que a tua fé não desfaleça. Tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos" (Lc 22, 31), palavras que a Igreja interpreta no sentido da perene ortodoxia da fé de Simão e do Bispo de Roma, e que fazem deste o garante da unidade de todas as Igrejas particulares espalhadas pela face da terra.

## *2.2 Importância da liturgia episcopal*

O lugar da liturgia na função do Bispo é tão grande, que "o múnus de doutor, satifcador e pastor da sua Igreja se revela principalmente nas celebrações litúrgicas que realiza com o povo" (CB 11).

Assim é perfeitamente legítimo dizer que a liturgia não esgota toda a actividade do Bispo, mas é a meta para a qual essa actividade se dirige e a fonte donde nasce toda a sua eficácia sobrenatural (cf. SC 9 e 10), razão pela qual "todos devem dar a maior importância à vida litúrgica da diocese que gravita em redor do Bispo, sobretudo na igreja catedral, convencidos de que a principal manifestação da Igreja se faz numa plena e activa participação de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica" (CB 11).

As celebrações sagradas presididas pelo Bispo não devem aparecer como mero aparato cerimonial, mas antes, devem servir de modelos para toda a diocese, pelo canto, pelos diálogos, pela atenção interior e pela comunhão sacramental (cf. CB 11), o que significa que não basta que o Bispo presida à liturgia, mas que é preciso realizar um trabalho de pastoral litúrgica, ligado à liturgia episcopal, que nunca está acabado. A união entre a pastoral e a liturgia é, no fundo, a grande mensagem do Concílio Vaticano II neste campo.

## *2.3 A catedral da diocese, sinal da Igreja, casa de Deus e casa do povo*

"A igreja catedral é aquela em que está a cátedra do Bispo" (CB 42). Ela é a expressão daquele templo espiritual que é edificado no

interior das almas pela graça divina, e o símbolo da Igreja visível de Cristo, que todos os fiéis da Igreja particular constroem, cada dia, com o seu bispo, o seu presbitério, os religiosos e religiosas, e os múltiplos serviços pastorais. Por isso, se deve inculcar no espírito dos fiéis o amor e veneração para com a igreja catedral (cf. CB 43 e 45).

A igreja catedral é ao mesmo tempo casa que o povo construiu para Deus, e que permanece como sinal eloquente da fé e como testemunho da maturidade e vitalidade duma Igreja, e habitação que Deus escolheu para nela estabelecer a sua morada entre os homens e para lhes recordar que construir um templo é obra de toda uma comunidade que se reúne para celebrar a liturgia, mas construir a Igreja é uma obra que só o Espírito de Deus anima e torna possível.

"Sem o dinamismo interior da fé, sem a esperança fundada sobre Cristo vivo, uma catedral de pedra fica vazia de sentido, qualquer que seja a sua grandiosidade. A razão de ser dum templo de pedra é o templo interior da comunidade dos discípulos do Senhor" (João Paulo II, Homília na inauguração da Catedral de Abidjão, na Costa do Marfim, *Notitiae* (1985), p. 470).

A vida litúrgica da diocese tem no seu centro a Missa estacional sobretudo na igreja catedral, Missa que manifesta a unidade da Igreja local e a diversidade dos mistérios à volta do bispo e da santíssima Eucaristia (cf. CB 119; SC 41).

Este texto do Cerimonial dos Bispos, se por um lado salienta a importância da catedral, por outro lado sublinha a sua relatividade, na medida em que afirma o valor das celebrações litúrgicas à volta do bispo noutras igrejas mais próximas das populações e mais adaptadas à participação activa, onde ele coloque eventualmente a sua cátedra, fazendo delas a sua catedral. Aliás "a antiguidade cristã não materializou a sua adesão ao bispo no culto da igreja onde ele celebrava habitualmente... Se a Idade Média construiu orgulhosamente a igreja episcopal no centro da cidade e fez dela o quadro duma majestosa liturgia canonical, os tempos mudaram e convém que nos adaptemos à sua evolução. Hoje a catedral encontra-se frequentemente num canto pitoresco da cidade, visitado pelos turistas, mas bastante afastado... das zonas mais habitadas" (Pierre Journel LMD 77, p. 107).

#### *2.4 O Bispo e a Eucaristia da Igreja local*

"A principal manifestação da igreja local realiza-se quando o



Bispo, como sumo sacerdote do seu rebanho, celebra a Eucaristia sobretudo na Igreja catedral, rodeado pelo seu presbitério e pelos ministros, com uma participação plena e activa de todo o povo santo de Deus" (CB 119).

O momento mais expressivo em que a Igreja local aparece de modo visível e concreto como "porção do povo de Deus" reunido, é quando se junta, na fé, à volta do seu bispo, isto é, do seu Apóstolo, tal como acontecia no tempo de Pedro, de João ou de Paulo, ou, passados anos, no de Santo Inácio de Antioquia, que escreveu tanto e com tanta profundidade sobre o mistério do Bispo, da Igreja particular e da Eucaristia: "Só seja tida por válida aquela eucaristia que se faz na presença do bispo ou na presença daquele em quem ele delegar. Onde comparecer o bispo, aí deve juntar-se a multidão, tal como onde estiver Jesus Cristo, aí está a Igreja católica".

É por ser o Apóstolo da sua Igreja particular que o bispo é o sumo sacerdote do seu rebanho, o presidente da assembleia dos fiéis, o *liturgos* maior da sua diocese. É ele que parte o pão da Palavra com a autoridade que possuem os sucessores dos Apóstolos; é ele que sobe ao altar para tornar actual o único sacrifício da Nova Aliança realizado uma vez por todas pelo Sumo e Eterno Sacerdote Jesus Cristo; é Ele que, enquanto cabeça de toda a comunidade local, rodeado do colégio dos presbíteros, dos seus diáconos e de todos os fiéis, preside à celebração da Eucaristia, principalmente nas maiores solenidades do ano litúrgico, na Missa que antes se chamava "pontifical" e passou agora a designar-se, com mais propriedade, "estacional", isto é, Missa da Igreja particular em reunião geral. De facto, a Missa não é do pontífice (*pontificalis*), mas da Igreja convocada para determinado lugar e aí reunida (*stationalis*), sob a presidência do seu legítimo pastor e à sua volta.

A importância desta Missa para a Igreja local foi assim recordada pelo Papa João Paulo II aos Bispos da Colômbia: "A presença contínua de Cristo tem o seu centro de comunhão na Eucaristia. É Cristo que faz a Igreja, a edifica, a alimenta e a leva como que a renascer cada dia, a partir do mistério da sua morte e ressurreição, que se perpetua no sacrifício da Missa. Na celebração da Eucaristia o bispo é o princípio da unidade de todas as assembleias, que são "legítimas" enquanto mantêm essa necessária comunhão com o ministério episcopal" (*Notitiae* (1986), p. 760).

### **3. A Eucaristia do domingo na comunidade paroquial**

#### **3.1 A paróquia na Igreja local**

O novo Código de Direito Canónico, citando aliás textos do Concílio, define a paróquia como "uma determinada comunidade de fiéis" (can. 515) que representa de algum modo a Igreja visível estabelecida em toda a terra (SC 42) e como uma célula da igreja particular mediante a qual os homens são inseridos na mais ampla e universal comunidade de todos o povo de Deus (AA 10).

Em palavras mais terra a terra, a paróquia é a porção mais pequena da Igreja local, que possui em si todos os meios espirituais necessários para fazer de cada pessoa que nela habite um filho de Deus e um santo, ou, dito de outro modo, ela é o terreno primordial, o primeiro solo onde o Espírito actua para fazer crescer a messe do Senhor, para edificar a casa de Cristo, para levar à sua plenitude o Corpo eclesial.

Efectivamente, a paróquia é a comunidade cristã onde cada um de nós nasceu, foi baptizado em criança ou recebeu os sacramentos da iniciação cristã já adulto; onde participa na Missa, cada domingo, em muitos casos desde quando ainda gostava do colo da mãe ou era levado pela mão de algum dos irmãozitos mais velhos; onde aprendeu a conhecer Jesus na catequese, recebeu a Confirmação e comungou pela primeira vez o Corpo do Senhor, e onde continua a alimentar-se, cada domingo, daquele que é o verdadeiro Pão da vida; onde celebra, sozinho ou com outros, o perdão de Deus, escuta a Palavra e, pela acção do Espírito, lhe descobre o sentido profundo humano e espiritual, em pequenos grupos ou individualmente, a guarda no coração e a transforma em obras.

A paróquia é a comunidade cristã onde os noivos crentes crescem no amor e se unem em matrimónio para toda a vida, porque o fazem "em Cristo", onde os doentes recebem o sacramento da Unção e os moribundo o Viático, Pão divino para o caminho da eternidade, onde surgem e se desenvolvem, no seio das famílias, os germes da vocação daqueles que seguem Cristo na vida religiosa ou de quem Ele faz "pescadores de homens"; onde os fiéis baptizados se organizam para darem dimensão eclesial mais estruturada à acção sócio-caritativa, e os catecúmenos adultos descobrem a alegria de acreditar em Jesus e fazem a sua primeira experiência de vida cristã com a comunidade a que desejam pertencer.



A paróquia é a comunidade cristã onde, no fim da vida, cada membro da família dos filhos de Deus adormece no Senhor, e na paz e tranquilidade aguarda o dia da ressurreição enquanto, domingo após domingo, a assembleia eucarística, pela voz do seu pastor, eleva ao Pai a súplica instantânea: "Lembraí-Vos Senhor, dos vossos servos e servas que já partiram deste mundo, marcados pelo sinal da fé: acolhei-os a todos na luz da vossa presença".

A paróquia é uma verdadeira comunidade eclesial, estruturada segundo o modelo e a missão de toda a Igreja: ela tem um pastor próprio que faz as vezes do Bispo, ela possui a Palavra e os Sacramentos, ela articula-se no exercício ordenado de múltiplos ministérios e carismas que o Espírito Santo lhe infunde e permanentemente renova.

É na paróquia que se torna particularmente visível a Igreja. No meio dela, com ela e nela está Cristo.

### *3.2 A Eucaristia dominical na paróquia*

A paróquia é o centro da vida cristã para toda a Igreja, o seu mais extraordinário bem espiritual. Ela perpetua o sacrifício da Cruz através dos séculos, até à última vinda de Cristo Salvador, e alimenta os fiéis com o Corpo e o Sangue do Senhor, nossa Páscoa e Pão vivo.

A sua celebração na comunidade paroquial, cada domingo, é a alma dessa porção de fiéis, é a grande festa que reúne os filhos de Deus à volta de Cristo ressuscitado, unindo-os ao Bispo da diocese, sucessor dos Apóstolos, através do pastor que, enviado por ele, preside à assembleia, que em nome dele proclama e explica a Palavra de Deus com autoridade, e em comunhão com ele oferece o "sacrifício santo, a hóstia imaculada", numa atitude de abertura à Igreja particular, à Igreja universal e às outras comunidades paroquiais.

É certo que a Missa do domingo, na paróquia, não realiza tudo por si mesma e sozinha. Ela não é exclusiva. Antes e depois dela é preciso desenvolver muitas outras actividades pastorais. Mas ela é o acontecimento de fé mais excelente, porque celebra, evoca, exprime e torna actual, como nenhum outro, o Mistério Pascal de Cristo.

É por isso que os baptizados da comunidade são convidados a participar nela, cada domingo, de forma sempre nova, como quem descobre sempre mais e melhor o encanto duma pérola de valor único, e a fazerem-no de maneira consciente, em atitude activa interior e exterior, e da forma mais plena, que vai até à comunhão do sacramento

do Corpo e do Sangue do Filho de Deus. É por isso que os sinos os chamam e eles se levantam de suas camas, e deixam por algum tempo as suas casas, e fazem talvez dezenas de quilômetros de carro ou apenas algumas centenas de metros a pé, com alegria de espírito, e se reúnem em assembleia. Não todos, é certo, mas em número significativo.

É por causa da celebração dominical que se prepara a igreja ou a capela. É dia de festa. Veste-se o altar com uma toalha nova ou lavada de fresco, para os olhos descobrirem e contemplarem a novidade e a frescura da mesa da Ceia e do Sacrifício do Senhor, que é como uma nascente a jorrar no meio da Igreja reunida, onde os fiéis matam a sede e a fome que têm de Deus. Coloca-se a cadeira do pároco em lugar de relevo, pois é dela que ele preside como responsável, ensina como mestre e dirige toda a celebração. Põe-se um vaso de flores junto do ambão da Palavra. Vai buscar-se o mais belo cálice, que será precioso sobretudo pelo Sangue de Cristo que irá conter. Sobre o altar repousa o missal, e o leccionário no ambão (que pena não haver mais sensibilidade a respeito destes dois livros, e utilizarem-se, em seu lugar, revistas e até recortes de jornais por onde se fazem as leituras!). Na credência há pão, vinho e água, como em cada uma das casas de família da paróquia.

As vestes litúrgicas desse dia são as melhores de que se dispõe: as alvas, brancas e adaptadas a cada um, e a casula da côr litúrgica do domingo, introduzem mais uma nota festiva na celebração.

Mas são principalmente as pessoas que criam o ambiente de festa da Missa do domingo, na paróquia, pela forma como se vestem, como se cumprimentam ao chegar, como respondem às saudações e aos diálogos do presidente durante a celebração, pela maneira como os leitores lêem a Palavra de Deus e os outros fiéis a escutam, pelo entusiasmo com que todos cantam, pela perfeição e beleza como cada um realiza o ministério de que foi encarregado, a começar pelo presidente.

O canto realiza, desde o primeiro momento, uma função ministerial importante: une, entusiasma, pacifica, cria comunidade, introduz belzes, eleva os corações para o Senhor, faz vibrar as cordas invisíveis da fé. Por isso se escolhe com critério litúrgico e pastoral, para não se cantar "aleluia" na Quaresma, para nos pôr em expectativa no Advento, em alegria no Natal, em entusiasmo na Páscoa. Canto possível a cada assembleia, adaptado a cada circunstância, em sintonia com a forma de expressar a fé de cada idade, mas sempre digno, a cantar o mistério

que se celebra, e não a mistificar, a empobrecer a sensibilidade cristã. Canto que ajude a perceber que a Eucaristia é a festa por excelência. Canto que se aprende de acordo com as possibilidades de cada grupo ou assembleia e se procura executar com a máxima perfeição. "Cantar é o próprio de quem ama", gostava de repetir Santo Agostinho aos fiéis reunidos com ele.

Os elementos do canto mais necessários para fazer da celebração da missa a festa semanal da família paroquial são os mais simples: os diálogos, as aclamações e as respostas. Todos deviam brotar espontâneos da boca do presidente e dos ministros, e do coração da assembleia. Já se andou muito caminho, mas ainda não se chegou à meta desejada pela reforma litúrgica. A missa paroquial do domingo será tanto mais expressiva, quanto mais se souber enriquecê-la com esses pequenos cânticos das chamadas "melodias oficiais".

A finalidade das leituras é instruir-nos para celebrarmos o Mistério pascal e dispor os corações para compreendermos a misericórdia do Pai, que culmina no dom do seu Filho. Que os leitores o recordem com frequência, e isso os incitará a prepararem-se para ler e a emprestar a sua voz ao Espírito na proclamação. A Igreja tem uma fé muito grande nas leituras que se proclamam na missa. Essa fé leva-a a venerar "as divinas escrituras de igual modo que o próprio Corpo do Senhor" (DV 21), por ver nelas as palavras de Deus fixadas por escrito.

O Salmo responsorial faz parte integrante da Liturgia da Palavra. Habitualmente deve ser cantado, do ambião, pelo salmista. Para além de constituir um momento de oração de qualidade excepcional, possui ainda uma importância pedagógica exemplar. É a melhor introdução à leitura cristã do Antigo Testamento. Há que investir muito na formação de salmistas. E devemos acabar com a prática reprovável de substituir o salmo por outros cânticos e outros textos. O salmo responsorial é, como todas as leituras, tirado da Bíblia. As suas palavras, como as das outras leituras, são do Senhor.

A homilia não funciona sempre tão bem como seria para desejar. Os que têm a missão de a preparar e proferir, devem utilizar palavras segredadas pelo Espírito às Igrejas. E como o Espírito não fala só através duma pessoa mas se comunica a todos os fiéis, haverá que repensar o silêncio em que mais de 99% deles se mantêm durante os 52 domingos de cada ano. Haverá, talvez, formas novas a inventar. É importante não extinguir o Espírito. Mas também é fundamental não fazermos da celebração da missa um comício.

O Apóstolo Paulo escreveu: "Quero que se ore por todos os homens" (1 Tim 2,1). A oração universal ou dos fiéis é vista pelo Missal Romano como um dos momentos em que o povo de Deus exerce a sua função sacerdotal. Povo que intercede, que suplica, que tem presentes as grandes necessidades dos homens, da Igreja, da comunidade paroquial, é um povo de sacerdotes.

Na última Ceia, Cristo tomou o pão e o cálice, pronunciou a acção de graças, partiu o pão e deu-o aos seus discípulos, dizendo: "Tomai, comei, bebei: isto é o meu Corpo; este é o cálice do meu Sangue. Fazei isto em memória de mim". Foi a partir destas palavras e gestos de Cristo que a Igreja organizou toda a celebração da liturgia eucarística: na preparação dos dons, levam-se ao altar os mesmos elementos que Cristo tomou em suas mãos; na Oração eucarística, dão-se graças a Deus e o pão e o vinho convertem-se no Corpo e Sangue do Senhor; na Comunhão, que a fracção prepara, os fiéis recebem esse Corpo e Sangue, do mesmo modo que os Apóstolos os receberam na Última Ceia.

O altar ou mesa do Senhor é o centro de toda a liturgia eucarística. Há que prepará-lo com olhos de fé e com sentido estético. Com facilidade se esquece o seu simbolismo ("O altar é Cristo") e se faz dele mesa onde tudo se coloca, mesmo o que não é necessário para a celebração. Causa impressão olhar para certos altares durante a celebração e fora dela. O contraste entre o que se vê e o que deveria ver-se é flagrante. Na mesa do altar dispõe-se o corporal, o purificador, o missal e o cálice (IGMR 49). Nada mais. Nem galhetas, nem água e vaso para lavar as mãos, nem chave do sacrário, nem os óculos daquele que preside, nem a revista com as orações, nem os livros que já não cabem na estante das leituras, nem o dinheiro que os fiéis ofereceram, nem uma floresta de ramos verdes e flores, nem velas sem conto...nem tantas outras coisas que só denunciam mau gosto e falta de sensibilidade litúrgica. Tão mal são tratados alguns altares! Não deveria haver, na paróquia e na igreja, objecto mais digno do que ele. Um altar é um espelho onde se reflecte a fé duma comunidade e do seu pastor. Deveria ser tratado como se fosse uma pessoa viva, por ser símbolo de Cristo.

Com a Oração eucarística entra-se no ponto central e culminante da missa paroquial. Ela é a oração de graças daquela porção do povo de Deus, que se eleva para Deus, cada domingo, por intermédio de alguém que participa do sacerdócio ministerial de Jesus. Oração dita em nome de toda a Igreja, mas num lugar determinado. Verdadeiramente é por ela que se podem dar graças "sempre e em toda a parte", por ser

esse o “nosso dever e a nossa salvação”. E a comunidade paroquial fá-lo “por Cristo, com Cristo e em Cristo”. Nunca de outro modo. Assim o quer exprimir o seu “Amen” final, repetido duas, três ou mais vezes, envolvido e ampliado por melodia que, se não faz abanar as paredes, como diria São Jerónimo, tem o condão de fazer vibrar a fé dos que a devem escutar com referência e em silêncio, como se a ouvissem pronunciar pelo próprio Senhor “na véspera da Sua Paixão”. Cada domingo, os fiéis da paróquia têm possibilidade de fazer a mesma experiência que os Apóstolos fizeram.

A celebração eucarística é o banquete pascal, onde se comunga o Corpo e bebe o Sangue de Cristo. “Felizes os convidados para a Ceia do Senhor”. Todos os fiéis presentes escutam o convite. E depois de repetirem as palavras do centurião que o Evangelho guardou, alguns recebem o Corpo do Senhor, de preferência com hóstias consagradas na mesma missa, para que, nos próprios sinais sacramentais, a comunhão apareça, de forma clara, como participação efectiva no sacrifício celebrado nesse momento (IGMR 56 h).

E depois é a despedida da assembleia, para que possa cada qual regressar às suas ocupações, louvando e bendizendo o Senhor. Para além da celebração importa ser testemunha de Cristo.

É essa toda a riqueza e importância da Eucaristia dominical na paróquia.

Descobri-la e celebrá-la é um programa para toda a vida. Não me pergunteis se já é assim algures. O desejo da Igreja é que venha a ser assim em toda a parte.

P. JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO

## Para quê uma igreja?

Segundo os antigos critérios da filosofia, a causa final é a primeira na intenção, embora venha a ser a última na execução. Assim talvez se explique porque, neste encontro sobre *Espaço Litúrgico e Arquitectura*, se coloque em primeiro lugar esta comunicação sobre a razão de ser de uma igreja, o espaço litúrgico por excelência da comunidade cristã.

### 1. Noção de Igreja

A palavra *igreja* não tem uma significação uniforme. Não me atrevo a dizer que é termo equívoco, porque todas as suas significações – e são várias – fluem umas das outras. Será antes um termo que abrange um campo que vai do espiritual ao material, circunscrevendo-se ora mais num ora mais no outro.

*Igreja* vem do grego *ecclesiá*, donde passou ao latim por simples transliteração, e deu igualmente *ecclésia*, e do latim às nossas línguas românicas: igreja, iglesia, église, mesmo chiesa, etc. *Ecclesia* significa convocação e daí reunião, assembleia.

Em significação cristã, *igreja* é assembleia dos membros da comunidade dos cristãos, reunidos para a celebração dos mistérios da fé cristã. Da *igreja-assembleia* o nome passou também para o lugar da reunião, a *igreja-casa*, de que vamos falar de maneira mais directa. É uma premissa que tem de ter-se sempre presente ao pensar-se em construir ou adaptar uma igreja: ela vai ser o espaço de uma assembleia que aí celebra a sua liturgia, portanto, de uma *assembleia celebrante*, digamo-lo desde já sem receio de exagerar.

A igreja cristã distingue-se, desde logo, por esta característica que acabamos de observar, do *templo pagão* ou mesmo do Templo Judaico do Antigo Testamento. No templo pagão, o edifício, geralmente pequeno, é a suposta morada do Deus, cuja estátua abriga, mas não



lugar de nenhuma assembleia; quando muito é ponto de referência para o povo. Mesmo o Templo de Jerusalém, ele não se destinava ao povo, que se reunia fora, nos átrios envolventes do Templo. O próprio altar dos sacrifícios ficava fora, em frente do Templo. Lá de dentro, o Santo dos Santos, na parte mais interior, era o lugar da especial presença de Deus em relação com a Arca da Aliança, onde apenas entrava o Sumo Sacerdote e só uma vez no ano, no dia da Expição. Ainda lá dentro, no Santo, antecâmara do espaço santíssimo acabado de referir, havia alguns elementos do culto: o altar dos perfumes, o candelabro das sete lâmpadas e a mesa dos pães da proposição; mas aí, só os sacerdotes lá entravam para o exercício, agora diário, das suas funções. O povo aguardava cá fora.

Ao contrário, a *igreja cristã* é primariamente o lugar da assembleia, toda ela celebrante da acção litúrgica. Quando, porém, digo assembleia, não pretendo opor o povo aos ministros, nem deixar indefinido o espaço litúrgico e indeterminados os lugares que por cada um hão-de ser ocupados. A assembleia litúrgica não é simples encontro de muitos ou de poucos, nem se confunde com multidão anónima; é assembleia organizada, assembleia hierárquica, diversificada nos seus membros, porque diversas são as funções que integram a acção celebrativa.

## **2. Da compreensão da liturgia às soluções para os lugares da celebração**

Não se parte do edifício para a celebração, mas da celebração para o edifício que abriga os que nele vão celebrar. Se na ordem estática se pode ir do edifício para a assembleia — as pessoas vão à igreja que já lá está, e, por vezes, até a procuram porque a acham atraente —, na ordem dinâmica o movimento é ao contrário: o edifício é pensado e construído a pensar na assembleia que nele se há-de reunir.

Adiantando talvez outra observação que desejaria deixar para o fim, direi já que o espaço litúrgico se destina prioritariamente para a oração comunitária; ele é o lugar onde se reúne a comunidade para aí celebrar a liturgia. Ele, no entanto, serve também para a oração individual, mas em segundo lugar, ainda que muito frequentemente.

As acções litúrgicas ou celebrações, como o Concílio Vaticano II voltou a chamar-lhes, e não já cerimónias, como a tradição tardia e um tanto esvaziada de sentido se habituara a dizer, "as acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja" (SC 26). Igreja

não significa aqui aquilo que muitas vezes as pessoas querem dizer com essa palavra, como quando, por exemplo, falam de Igreja e Estado, isto é, como que dois campos administrativamente distintos, nem significa apenas os Pastores do povo de Deus, o Papa e os Bispos ou simplesmente os padres, numa palavra, os clérigos, separadamente dos leigos. Todos estes são sentidos limitativos e redutores, que não atingem ainda o sentido profundo da Igreja de Cristo.

A Igreja é um mistério, isto é, uma realidade divina que se encarna em expressões humanas, e nas quais se encerra e manifesta essa mesma realidade divina. Na Igreja prolonga-se aquele mistério da Encarnação do Filho de Deus, que São João assim exprimiu: "O Verbo, (isto é, o Filho de Deus), fez-se homem e habitou no meio de nós" (Jo, 1,14). Para exprimir este mistério, a Bíblia, a Palavra de Deus, recorre a muitas comparações e imagens, todas elas incompletas, mas que se completam umas às outras. Nela se lê, por exemplo, que a Igreja é o *Corpo* de Cristo (p. ex. Col. 12,24), Corpo do qual Cristo é a Cabeça (Ef 1,22), imagem que exprime simultaneamente a unidade e a comunhão vital entre a Igreja e Cristo. De facto, o Filho de Deus fez-se homem para que n'Ele o homem se encontrasse com Deus; fez-se "Filho do homem", para que os homens se tornassem filhos de Deus, "filhos no filho", como disse Santo Agostinho. Para que esta imagem do corpo não fosse entendida num sentido puramente material, a tradição cristã tem dito da Igreja que ela é o "Corpo místico" de Cristo. Místico não se opõe a verdadeiro, mas a material; significa antes que ela é o sinal visível de uma realidade invisível.

Outras comparações são, por exemplo, a da *videira*, e esta é do próprio Senhor Jesus: "Eu sou a verdadeira videira, vós os ramos" (Jo 15,5), alegoria em que se exprime a unidade da vida que, partindo de Cristo, anima os cristãos. Outra ainda é a do *edifício*: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" (Mt 16,18), diz Jesus a São Pedro. Aqui a Igreja é algo que se constroi como um edifício, e o construtor, melhor diríamos, o arquitecto, ou talvez, o arquitecto e construtor, é o próprio Senhor Jesus.

Assim se manifesta o sentido íntimo e profundo da natureza da Igreja; assim se revela também o sentido último da comunidade cristã, enquanto tal. Nela se entra pela fé e pelos sacramentos da fé, particularmente e inicialmente pelo Baptismo, incluindo a Confirmação, e pela Eucaristia.

Voltando à assembleia que se reúne na igreja-casa, ela é o sinal

que melhor manifesta o ministério da Igreja-comunidade cristã. A assembleia litúrgica, que habitualmente se reúne nas igrejas da comunidade cristã, é o sinal da Igreja ali presente. Onde ela, a assembleia, se reunir, ali está a Igreja de Cristo. As diversas assembleias litúrgicas reunidas nos diversos lugares da comunidade cristã são sinais da Igreja de Cristo peregrina por toda a Terra, como já, no fim do século I, o Bispo de Roma, o Papa São Clemente, escrevendo à comunidade cristã de Corinto, na Grécia, dizia: "A Igreja de Deus, presente em Roma à Igreja de Deus presente em Corinto" (Clemente Romano, Cor 1,1).

A assembleia é, portanto, imagem e expressão da Igreja, no sentido que tenho vindo a expor, imagem do Corpo místico de Cristo. Ora, o corpo é um ser vivo, orgânico, diferenciado nos seus membros. Assim é a Igreja, assim será também a assembleia litúrgica.

### *O Presidente*

A Cabeça deste Corpo da Igreja é Cristo. A assembleia litúrgica tem também a sua cabeça; é o *presidente*. O presidente da assembleia celebrante é o sinal de Cristo, enquanto Cabeça da Igreja. Ele é também membro da assembleia mas é aquele que a preside, em nome de Cristo, porque é sempre Cristo a Cabeça única da Igreja. Para poder desempenhar essa função ele foi constituído tal também por meio de um sinal visível, por um sacramento, o sacramento da ordenação.

Aquela função de presidente da assembleia vai manifestar-se na acção litúrgica naquilo que ele diz, nas acções que faz, no lugar que ocupa, até nas vestes que enverga, e em todas as expressões que traduzem a sua articulação com toda assembleia, por exemplo, nos diálogos: "O Senhor esteja convosco", etc.

O presidente não é um actor no palco a representar para a plateia. Nada do que ele diz ou faz é acção somente sua; é antes, quer seja gesto, quer seja palavra, tudo integrado na acção única de toda a assembleia celebrante, de quem ele é presidente. Dada a sua função primordial na celebração, costuma chamar-se-lhe, muitas vezes, celebrante. O termo pode vir a sugerir que ele celebra *para* a assembleia como quem está de fora. Mas não; ele está bem integrado na assembleia mas a presidir à acção litúrgica que a todos é comum. Daí que se tivesse tornado normal chamar-lhe *presidente*. Os livros litúrgicos ainda o designam, com frequência, pela palavra celebrante; mas o termo tem de entender-se no sentido que acabo de expor. E diria já em conclusão

que o lugar do presidente será dos primeiros, senão o primeiro, a ser pensado na construção do espaço para a assembleia litúrgica.

### *Os ministros*

A acção litúrgica é, com frequência, variada na sua estruturação, no seu accionado, nos diversos serviços ou ministérios, como é costume chamar-lhes. Daí que ela suponha vários intervenientes, variedade de pessoas, multiplicidade de ministros. É este termo *ministro*, aquele por que se costumam designar todos os que desempenham os vários ministérios ou serviços, que não os do presidente. Destes ministérios, uns relacionam-se com a proclamação da Palavra de Deus, outros com o serviço do altar, outros com o próprio presidente, outros com os fiéis que ocupam a nave da igreja. São eles os acólitos, os leitores, o salmista, o grupo coral, o organista e os outros instrumentistas, o director do canto da assembleia, o comentador, os ministros da comunhão, os encarregados da recolha das ofertas dos fiéis ou do acolhimento dos mesmos. Uma assembleia litúrgica é, na verdade, um grande corpo em acção. E na igreja os membros deste corpo têm todos o seu lugar e devem estar no seu lugar.

Daqui se compreende, por exemplo, a diferença que existe entre uma igreja e uma sala de espectáculos. É a partir desta perspectiva que se pode compreender que o santuário, vulgarmente chamado capela-mor, (designação do tempo em que a igreja era um conjunto de pequenas capelas!), não é um palco; que na igreja não há lugar para camarotes, frisas ou balcões, pelo menos no sentido que estes termos têm numa sala de teatro. A assembleia não é, repito, um grupo uniforme, nem simples justaposição de indivíduos autónomos; é assembleia em comunhão de fé, participando na mesma acção que a todos é comum, mas em que cada qual tem o seu papel a desempenhar, sempre em ordem à acção de toda a assembleia. Assim se exprime o *Missal*, repetindo quase literalmente o que o Concílio tinha dito: "Na assembleia reunida para a celebração da Missa (o texto em causa tinha em vista a celebração da Missa), cada um tem o direito e o dever de dar a sua participação, segundo a ordem em que está investido e o ofício que desempenha. Assim, todos, ministros ou simples fiéis, ao desempenharem a sua função, façam tudo e só o que lhes compete, de forma que, no próprio ordenamento da celebração, se manifeste a natureza da Igreja, na diversidade das ordens e ministérios que a constituem" (IGMR 58).



Não poderia ter encontrado melhor conclusão para o que pretendia expor.

A sensibilização a estas perspectivas condiciona, como é evidente, os programas que vão ser apresentados aos arquitectos e os projectos que estes terão de realizar. Não é depois das paredes erguidas que se irá pensar onde e como dentro delas se irão colocar os elementos que hão-de servir na celebração. Eu tinha até a tentação de dizer, certamente de maneira um tanto caricatural e sempre muito esquemática, que uma igreja é, no fim de contas, uma assembleia celebrante que foi necessário envolver com um muro e cobrir de um tecto de protecção para que ela possa realizar, de maneira digna e cómoda, a acção litúrgica que se propõe fazer. Claro que lhe falta acrescentar muita coisa, entre elas certamente o que faça com que o espaço assim definido seja próprio para a Igreja em oração, como se pode definir toda a liturgia.

### 3. Lições do passado

A comunidade cristã começou por não ter igrejas. A Igreja existiu antes da "casa da Igreja". Os primeiros cristãos de Jerusalém ainda subiam ao Templo para orar (Cf. Act 3,1). Mas para a celebração típica da comunidade cristã, a Eucaristia, não iam ao Templo, como é evidente. Celebravam-na "nas suas casas" (Act 2,46; cf. 20,7), como Jesus o tinha feito na hora da instituição da mesma Eucaristia (Mt 26,18 ss; Mc 14,22 ss; Lc 22,14 ss). Assim em Jerusalém, e assim longe de Jerusalém, como em Tróade, na actual Turquia (Act 20,7 ss), em Corinto, na Grécia (I Cor 11,21 ss), ainda em vida e com a presença de São Paulo, e, depois da idade apostólica, por onde quer que as comunidades cristãs se encontrassem. Até ao momento em que a Igreja pela primeira vez foi reconhecida pelas leis civis, — e só o foi no ano 313 —, os cristãos não puderam construir, de maneira habitual, lugares de reunião próprios. Não quer isto dizer que não tivesse havido, aqui e acolá, algumas igrejas; mas não podia ser a solução corrente. Logo, porém, a seguir ao momento em que foi reconhecido à Igreja o direito de cidade no meio da sociedade, começaram a surgir igrejas por toda a parte. Em Roma, é o próprio imperador, Constantino, que tem a iniciativa de erguer as primeiras igrejas. Logo cerca de sete anos depois do seu edito de paz, por volta do ano 320, ergue a primeira basílica cristã no próprio palácio romano dos Laterani, a basílica depois e ainda hoje chamada de São João de Latrão; cerca de dez anos depois, em

330, outra basílica sobre o túmulo de São Pedro na colina vaticana; logo depois, as basílicas de São Paulo, de São Lourenço, de Santa Inês e outras. E por toda a parte, particularmente no Oriente, as festas de dedicação das igrejas eram momentos excepcionalmente festivos das comunidades cristãs. É ler a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia.

Quanto à maneira de construir, os cristãos não criaram uma arquitectura própria.

Antes da construção de igrejas especificamente destinadas às suas celebrações, reuniam-se nas casas particulares, suficientemente espaçosas, como era frequente encontrarem-se nas famílias romanas, por exemplo. Quando começaram a criar edifícios de raiz, inspiraram-se nos edifícios profanos que melhores condições ofereciam para assembleias numerosas. E foram eles as basílicas. Basílica era já no mundo pagão o edifício público, não religioso, amplo, destinado a várias actividades sociais, particularmente às actividades forenses. Era assim lugar de tribunal. A planta da basílica proporcionava-se para a assembleia cristã aí realizar as suas celebrações: o lugar do juiz na sessão do tribunal era paralelo ao do presidente da assembleia litúrgica; a tribuna do advogado não andava longe do ambão do leitor na liturgia; o espaço da nave era, em qualquer dos casos, o lugar do povo. Claro que cada uma destas duas ordens de actividades tinha os seus condicionalismos próprios e bem diferenciados; mas a semelhança foi a tal ponto que os cristãos mantiveram para os seus edifícios litúrgicos a designação que vinha de trás: basílica. Das primitivas basílicas cristãs ainda subsistem alguns raros exemplares, como o da basílica da Natividade em Belém, da época de Constantino.

O esquema da basílica inspirou as gerações subsequentes até aos nossos dias, mas sofreu alterações em cada época que foram sendo o testemunho da maneira como cada uma dessas épocas ia entendendo o que é uma igreja, e conseqüentemente como então entendia a acção litúrgica e a assembleia que a celebrava.

Algumas dessas épocas deixaram-nos edifícios magníficos, como a do gótico e do barroco; mas, por mais belas que sejam essas igrejas enquanto peças arquitectónicas, elas são, muitas vezes, contemporâneas de tempos de grande pobreza litúrgica, e conseqüentemente nem sempre correspondem ao que deveria ser o espaço da assembleia que celebra a liturgia. Esta aparecia, muitas vezes, como acção sobretudo do clero, em que os leigos participaram *vendo*, contemplando, se quisermos, por certo com grande espírito de fé e devoção, mas sem entrarem



directamente na acção litúrgica, que aparece mais como sendo *para eles seguirem*, na melhor das hipóteses, mas não deles.

A época barroca, sobretudo, que foi a que mais proximadamente nos legou as suas igrejas, deixou-nos o espaço litúrgico com uma organização desarticulada da acção que nela se celebra e da assembleia que a devia celebrar: sem lugar para o presidente, sem ambão para a Palavra de Deus, com o altar encostado à parede do fundo do santuário, onde o celebrante tem de se apresentar de costas para a assembleia, um grande retábulo a servir de fundo sobreposto ao altar, uma multiplicação de altares laterais, propondo à assembleia outros tantos centros de celebração, que aliás muitas vezes funcionavam em simultâneo, multiplicação de teias a compartimentar a assembleia, tribunas, balcões, janelas a darem para o interior, sugerindo mais assistência a um espectáculo do que participação activa numa acção comum, e que para mais é a de uma assembleia em oração. De facto, nem tudo foi herança feliz!

#### **4. A Igreja, casa de Deus ou casa dos homens?**

A esta pergunta responderei com as mesmas palavras: casa de Deus, porque casa dos homens, no meio dos quais Deus habita. Vem a propósito recordar as palavras do Concílio sobre a presença de Cristo na liturgia: "Cristo está sempre presente à sua Igreja, sobretudo, nas acções litúrgicas. Está presente no Sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro... quer, acima de tudo, sob as espécies eucarísticas. Está presente, pelo seu poder, nos Sacramentos, de tal modo que, quando alguém baptiza, é o próprio Cristo quem baptiza. Está presente na sua Palavra, pois é Ele próprio quem fala, quando na Igreja se lêem as Sagradas Escrituras. Está por fim presente quando a Igreja ora e canta, Ele que prometeu: 'Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí Eu estou no meio deles' "(SC 7).

Vem igualmente a propósito recordar o que a este respeito se lê no ritual da Dedicção de uma igreja: "Pela sua morte e ressurreição, Cristo tornou-se o verdadeiro e perfeito templo da Nova Aliança e congregou o povo que Deus tornou seu. Este povo santo, reunido na unidade que procede da unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, é a Igreja, o templo de Deus edificado de pedras vivas, no qual o Pai é adorado em Espírito e em verdade. Com razão, pois, desde os tempos antigos, se chamou também 'igreja' ao edifício onde a comunidade cristã se reúne para ouvir a Palavra de Deus, orar em conjunto, receber os

sacramentos, celebrar a Eucaristia. Pelo facto de ser um edifício visível, esta casa constitui um sinal peculiar da Igreja que peregrina na terra e uma imagem da Igreja que habita no céu.” (DIA, II, 1-2).

## **5. Alguns requisitos fundamentais para uma Igreja**

Lê-se ainda no citado ritual da Dedicção: “A Igreja, como pede a sua natureza, seja apta para as celebrações sagradas, decorosa, brilhando por nobre beleza, não por mera sumptuosidade, e constitua verdadeiro símbolo e sinal das realidades celestes. ‘Portanto, — e agora o ritual da Dedicção cita a Introdução do próprio Missal que lhe é anterior — o edifício sagrado, na sua disposição geral, deve, de algum modo, reproduzir a imagem da assembleia congregada, permitir a conveniente coordenação de todos os seus membros e facilitar o perfeito desempenho da função de cada um’ “ (Ib. n. 3; IGMR 257).

Desta citação, que são aliás duas numa só, podemos sistematizar algumas conclusões:

### *a) Funcionalidade*

A Igreja é, antes de tudo, o lugar onde a comunidade cristã se reúne em assembleia para realizar as celebrações sagradas. Deve, por isso, ser espaço apto para essas celebrações. É a primeira finalidade que há-de ter-se em vista: “A igreja seja apta para as celebrações sagradas”, acabamos de ler no texto citado.

### *b) Nobre simplicidade*

Nobreza e não sumptuosidade, beleza e não ostentação, são qualidades em que toda a reforma litúrgica tem insistido, quer em relação aos edifícios destinados à liturgia, quer em relação aos próprios ritos litúrgicos. Esta recomendação é tanto mais oportuna, quanto uma certa e progressiva degradação no que se refere à liturgia, sobretudo nos séculos mais recentes, nos tinha habituado a considerar a riqueza e o fausto como predicados normais de tudo o que está relacionado com a celebração litúrgica. Isto foi certamente o resultado de se ter perdido de vista a verdadeira noção da Igreja, e, conseqüentemente, da assembleia litúrgica, em que a Igreja se revê, e da própria celebração.

JOSÉ FERREIRA

## Arte Sacra e Património Cultural da Igreja

São tão íntimas, naturais e permanentes as relações entre a Igreja e a Arte que seria descabido aduzir argumentos, por mais convincentes que fossem, ou apresentar factos, por mais evidentes que se afigurem, para o demonstrar.

Partamos, pois, do dado adquirido de que a Igreja nunca viveu de costas voltadas para a Arte, antes a serviu sempre e dela se serviu, desde os tempos heroicos das perseguições imperiais e das catacumbas romanas, povoadas de mártires e enriquecidas de primitivas mas inspiradas obras de arte cristã.

A Europa das Catedrais não é apenas uma sugestiva expressão, bem adequada ao desenvolvimento da Comunidade Europeia e até à ideia de uma Casa Comum que se pretende do Atlântico aos Urais, mas simboliza realmente uma cultura artística que atingiu, com as catedrais, o cume da beleza ao serviço da Beleza incriada e da Liturgia da Igreja.

Portugal faz parte da Europa, da sua cultura e da sua inspiração cristã, e até tem sido veículo dos seus valores através das sete partidas do mundo. E continua a sê-lo ainda hoje, mais modestamente, por intermédio dos seus emigrantes que vivem com humildade e trabalham com o suor do seu rosto nos cinco Continentes que formam o nosso Planeta.

Antes de buscarmos nos documentos conciliares ou pós-conciliares alguns princípios que possam orientar o nosso trabalho, seria imperdoável não recordar o Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR) que, ainda antes do Vaticano II, levantou entre nós a problemática renovadora que deu frutos abundantes e saborosos, formando mentalidades, inspirando projectos e criticando, de modo positivo, tudo o que se ia construindo por esse País fora no domínio da Arte Sacra ou litúrgica.

Era o Movimento Litúrgico de D. António Coelho e de Mons. Pereira dos Reis a crescer e a projectar-se coerentemente em tudo o

que dissesse respeito à celebração dos mistérios da fé na nossa terra e com a nossa gente.

Entretanto, houve um Concílio que consagrou praticamente os ideais e o programa do Movimento Litúrgico, inserindo-o mesmo no campo mais vasto da Pastoral da Igreja. Passou-se da assistência à participação, da cerimónia à celebração, do ritualismo estéril à dinâmica litúrgica. O presbítero, que preside *in persona Christi* deixou de ser onnipotente e omnipresente para fazer tudo e apenas o que lhe compete, dando lugar aos vários ministérios, não por generosidade, mas por respeito teológico e obrigação litúrgica.

A constituição conciliar sobre a Liturgia dedica à Arte Sacra e às alfaías litúrgicas o capítulo VII. Não é desenvolvido no que que concerne à Arte, pois se limita a afirmar que as "artes liberais" se encontram "entre as mais nobres actividades do espírito humano", e privilegia a Arte Religiosa e o seu mais alto cume que é a Arte Sacra.

Há mesmo quem pense que é demasiadamente pobre esta referência à Arte e quem lamente que este belo tema não tivesse sido introduzido no texto conciliar com a elevação que lhe pertenceria.

Mas esta possível omissão terá sido bem compensada pela *Mensagem aos Artistas* lida no encerramento do Concílio e que eu tive a graça de escutar pessoalmente e de aplaudir com entusiasmo.

Nesta mensagem o Papa Paulo VI, em nome de toda a Igreja reunida em concílio, considera os arquitectos, escultores, pintores e outros artistas como "prisioneiros da beleza" e "amigos da autêntica Arte". Disse-lhe ainda mais estas reconfortantes palavras:

"Desde há muito que a Igreja se aliou convosco. Vós tendes edificado e decorado os seus templos, celebrado os seus dogmas, enriquecido a sua liturgia. Tendes ajudado a Igreja a traduzir a sua divina mensagem na linguagem das formas e das figuras, a tornar perceptível o mundo invisível."

Mas a problemática da Arte Sacra não se reduz à colocação da Arte ao serviço da Liturgia renovada pelo Vaticano II. Já aqui surge um mundo ilimitado de rotinas a quebrar, de tradições a rever, de preconceitos a destruir.

Num projecto de igreja, hoje em dia, não se pode começar pelo espaço do presbitério, mas pelo espaço da assembleia de que o presbitério é parte integrante. O altar, por sua vez, não se pode encarar sem ter em conta o ambão e a presidência. Estes três elementos formam um todo para o qual convergem o olhar, a atenção e a fé de todos os participantes ou celebrantes.



O precioso catecismo da celebração eucarística que é a *Instrução Geral do Missal Romano*, consagra o capítulo V à disposição e adorno das igrejas. Apresenta com toda a objectividade os elementos essenciais para que o lugar do culto seja autêntico, e a sua ornamentação tenda mais à simplicidade do que à ostentação.

### **Património Cultural**

Se a problemática da Arte Sacra se impõe pacificamente por si mesma e merece todo o empenho que lhe possamos dedicar, a problemática do Património Cultural da Igreja não é tão líquida e exige o discernimento de toda a comunidade cristã.

D. Angel Sancho Campo, Secretário Técnico da Comissão Episcopal do Património Cultural da Conferência Episcopal Espanhola, que tivemos a oportunidade de ouvir com o maior proveito recentemente em Fátima por ocasião do II Encontro Nacional das Comissões Diocesanas de Arte Sacra, introduz nesta problemática uma distinção que é pertinente e salvadora (*in distinctione salus*, já diziam os antigos).

Segundo ele, há uma Pastoral *sobre* o Património Cultural da Igreja e uma Pastoral *a partir* deste mesmo Património.

Pastoral sobre o Património é a que estamos a fazer, tentando inventariar, conservar e promover os objectos artísticos que já não se encontram ao serviço do culto e que, devidamente guardados e expostos ao público, não deixam de interpelar os visitantes, pondo-lhes os grandes problemas da existência, da vida, da morte, da imortalidade, de Deus.

Penso que ainda estamos demasiadamente agarrados ao valor das palavras, em desfavor das imagens esculpidas em pedra, ou talhadas na madeira, ou pintadas em tela, que falam mais directamente à sensibilidade das pessoas e ao seu ser profundo. É este o grande carisma da Arte e da Música Sacras.

O melhor anúncio do Evangelho nem sempre é o que se faz com o discurso dirigido à inteligência, mas o que transparece no testemunho e se contempla nas obras de arte que apontam para as grandes razões de viver, de esperar e de crer.

Pois, como referia há pouco D. Angel, além, da Pastoral sobre o Património, que nos preocupa a todos e está na origem desta nossa reunião, há uma Pastoral a partir do Património, que procura estudar e pôr em acção as imensas "impossibilidades pedagógicas e catequéticas do Património Cultural da Igreja".



Se a Igreja, que vive para evangelizar, não puser ao serviço da evangelização o seu vasto e rico Património, pode pôr-se o grave problema da razão de ser da titularidade dos objectos artísticos e valiosos sob a sua posse e colocados à sua guarda.

O aprofundar deste temática tem as seguintes razões:

- perigo de reduzir o Património artístico e cultural da Igreja ao seu mero valor cultural;
- falta de sensibilidade de muitas pessoas para estes temas;
- natureza dos objectos sagrados, que são sinal e instrumento de evangelização, além de constituírem, quanto aos documentos, a memória escrita das comunidades cristãs.

São numerosas e muito importantes as capacidades desta Pastoral a partir do Património, como, por exemplo:

Partindo da estrutura do templo católico, da sua ornamentação, dos seus retábulos, imagens, pinturas, ourivesaria, objectos e utensílios de culto, podem preparar-se excelentes lições de catequese e de formação religiosa para crianças, jovens e adultos.

Com base nos arquivos eclesiásticos, nos rituais e outros livros de culto, podem também organizar-se boas catequese e acções formativas.

Estes documentos, quando chegam a ser estudados, não passam, em geral, de fontes de estudo e investigação caras aos historiadores, mas constituem, de facto, materiais imprescindíveis para o conhecimento da vida da Igreja e da sua actuação em favor do povo que a forma.

O estudo, catalogação e apresentação do Património Cultural da Igreja não deve ficar no *como* e *quando*, mas passar ao *porquê* e *para quê*. E não será difícil verificar que as suas razões profundas se prendem com o anúncio da História da Salvação.

A demonstração prática e convincente destes princípios pode ver-se e experimentar-se nas últimas exposições de Arte Sacra feitas em Espanha sob o lema *As Idades do Homem*, das quais o exemplar mais recente é que foi montada na catedral de Leon, em Outubro deste ano. Estas exposições, pelo carácter evangelizador, já têm proporcionado verdadeiras conversões entre os seus visitantes, a acreditar no testemunho de pessoas fidedignas.

Mas a problemática da posse do património Cultural da Igreja não se esboça sem falar na pobreza e nos pobres.

Poderá mesmo perguntar-se se é pastoral correcta gastar

grandes somas de dinheiro no restauro de obras de arte ou na criação e conservação de museus paroquiais ou diocesanos, quando faltam centros de culto nos arrabaldes das grandes cidades e há pessoas carenciadas de quase tudo o que é indispensável a uma vida humana digna.

Mons. Damián Ignacen Borau ( em *La Iglesia y su Patrimonio Cultural*) responde a esta pergunta do seguinte modo.

São os pobres, e não os bens materiais, o verdadeiro tesouro da Igreja. Neste sentido, quando foi necessário, as comunidades desfizeram-se dos seus bens em favor dos pobres para remediar carências urgentes e pontuais.

Desde tempos remotos, os destinatários dos bens da Igreja foram os pobres, os orfãos, as viúvas, os cativos, os desamparados. O culto divino surge, também, como uma necessidade prioritária aos olhos dos cristãos, desde a construção das igrejas ou capelas até aos objectos do culto, aos serviços da comunidade, aos próprios cemitérios.

Vender o património eclesial, mesmo que fosse possível fazê-lo integralmente, não resolveria o problema económico nem a sorte dos pobres. De facto, todas as vezes que o património da Igreja passou para outras mãos, a história ensina que os beneficiários não foram os pobres — e que o próprio património sofreu prejuízos incalculáveis.

Em recente Nota Pastoral sobre o *Património histórico-cultural da Igreja* (1990), a nossa Conferência Episcopal evocou os grandes atentados ao património da Igreja, desde a expulsão da Companhia de Jesus no tempo e por actuação do Marquês de Pombal, até à extinção das Ordens Religiosas em 1834, e à Lei da Separação, a 20 de Abril de 1911, pela qual foi nacionalizada a totalidade dos bens da Igreja e das instituições eclesiásticas.

A referida Nota Pastoral pinta assim os efeitos negativos da passagem do património da Igreja para a posse do Estado:

- Descaracterização de numerosos templos e edifícios;
- Afectação de muitos deles a fins que repugnam à sua natureza;
- Perda, destruição ou extravio de bens imóveis.

Voltando à alienação do património artístico e documental da Igreja para resolver problemas sociais, não podemos esquecer que a quase totalidade dos seus objectos tem uma origem e finalidade litúrgicas, que devem ser respeitadas.

De resto, com a venda indiscriminada do património, a Igreja ficaria privada de um instrumento eficaz de evangelização e de meios necessários ao cumprimento da sua missão.



O Código de Direito Canónico trata dos contratos e da alienação do património da Igreja principalmente no título III, cân. 1290-1298, e estabelece, no cânone 1291, que, " para alienar validamente bens que por legítima atribuição constituam o património estável da pessoa jurídica pública e cujo valor exceda a soma estabelecida no direito, se requer licença da autoridade competente segundo as normas do direito".

O próprio Bispo diocesano necessita do consentimento do conselho para os assuntos económicos e do colégio dos consultores e ainda dos interessados para alienar certos bens da diocese (cân. 1292 §1).

E, no parágrafo 2 acrescenta:

"Se se tratar de coisas cujo valor exceda a quantia máxima, ou de ex-votos oferecidos à Igreja, ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história, para a validade da alienação requer-se ainda licença da Santa Sé".

Estas poucas e genéricas citações servem apenas para verificar o cuidado que a Igreja tem quando se trata de alienar bens do seu património cultural.

Mesmo assim, Deus sabe "as malhas que o império tece" para desencaminhar tantas obras de arte religiosa, que aparecem mais tarde a ornamentar casas aburguesadas ou a encher as montras dos antiquários.

A. RAMOS

## Serviço Nacional de Música Sacra

No dia 11 de Junho de 1991, na Casa de Retiros de Nossa Senhora do Carmo, em Fátima, reuniu-se o Plenário do S.N.M.S., sob a presidência do Monsenhor José Ferriandes da Silva, aessor do Presidente do SNMS, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, ausente em serviço relativo à organização do Curso para Organistas e Directores de Coros.

Estiveram presentes: P. Dr. Manuel Augusto da Silva Frade, de Coimbra; P. Eugénio da Cunha Sérgio e P. Joaquim Pinto Geada, da Guarda; Cón. Dr. Carlos Silva, de Leiria; Cón. José Ferreira e P. Dr. Teodoro Dias de Sousa, de Lisboa; P. Dr. Tarcísio Fernandes Alves, de Portalegre; D. Maria Luísa Mendes Pedroso, de Santarém; Irmãs Maria de Jesus dos Santos e Ir. Gertrudes Duarte Ferreira, representantes da FNIRF; Frei Acílio Mendes, representante da CNIR; D. Rosa Chambel, de Portalegre, e Cón. Abel de Almeida Figueiral, de Viseu.

Antes de serem abordados os assuntos constantes da agenda da reunião houve troca de impressões sobre o cuidado que os serviços do Vaticano têm quanto à preparação das celebrações presididas pelo Papa, nomeadamente exigindo o envio prévio dos textos e das músicas a usar nessas circunstâncias. Também foi dedicado algum tempo ao novo Missal, sobretudo no referente às melodias oficiais.

### **1. Análise do trabalho realizado nas Dioceses**

No relato do trabalho realizado nas Dioceses e nos Institutos religiosos, verificou-se um empenho notável em dar sequência ao programa proposto para este ano pastoral.

Da partilha realizada entre todos destacamos o seguinte:

GUARDA: realizou um Encontro de Pastoral Litúrgica e, com a



aprovação do Bispo diocesano, está a lançar a Escola Diocesana de Música Sacra.

**RELIGIOSOS:** Frei Acílio Mendes deu a conhecer o empenho e a atenção que os Religiosos estão a dedicar a este assunto da Música Sacra e relatou que alguns Coros ligados às Casas Religiosas dos Capuchinhos tomaram parte em Encontros de Música Sacra Diocesanos. Também notificou a existência duma Escola de Música em Cabanas de Viriato, Viseu, orientada por Frei Albino.

A Ir. Maria de Jesus referiu-se à colaboração prestadas pelas Religiosas nas dioceses e ao facto de, em algumas casas, se cantarem diariamente Laudes e Vésperas, além da Eucaristia. A Superiora das Servas de Nossa Senhora de Fátima compilou as antífonas e salmos das 4 semanas do Ofício que já foram musicadas. Sugeriu-se que fosse enviado um exemplar dessa colectânea, e de outras que já existam, ao Serviço Nacional.

Na continuação do seu relato das actividades, também comunicou que no Noviciado do seu Instituto há uma aula semanal de solfejo e dois ensaios semanais de canto, além de algumas aulas de harmónio.

**SANTARÉM:** Lançou a Escola de Orgão, incluindo solfejo, harmonia e prática de orgão. Para já, são atingidas cinco paróquias. Os livros utilizados para estudo são: Raquel Simões (Educação musical) Hindemith (Estudo melódico e rítmico) L. Raffy e Sousa Marques (Método harmónico), Hannon e Carlos Coelho. Esta escola é frequentada por 20 alunos.

**PORTALEGRE:** O Delegado diocesano, P. Tarcísio, referiu que foi realizado o primeiro Encontro de Coros Litúrgicos com a presença de 32 coros e 386 coralistas; em Reguengos realizou-se o encontro regional (no Advento) de coros, tendo participado 50 pessoas; foram elaborados Guiões Litúrgicos para diversos encontros; tem continuado a propaganda da colectânea "Novo Cantemos Todos" e efectuaram gravações dos trechos para felicitar a aprendizagem. Realizou-se o trabalho de levantamento dos Orgãos de tubos existentes na diocese. A propósito dos concertos nas Igrejas, além de terem ajudado os párocos na reflexão sobre o assunto, sugeriram que este assunto fosse incluído nas actividades do Serviço Nacional.

Este problema mereceu uma reflexão e troca de impressões entre todos os participâtes.

FÁTIMA: A Irmã Reparadora que representou a delegada pela FNIRF referiu que, na sua congregação, há abertura a todo o trabalho proposto pelo SNMS e SNL. No que se refere à preparação musical das Religiosas, existe uma preocupação com a formação, sobretudo com a formação no Noviciado.

LISBOA: O Côn. José Ferreira e o P. Teodoro, que também pertence à Comissão Diocesana de Música Sacra, afirmaram o seguinte: Os Seminários têm pouca música. Contudo os seminaristas organizam e realizam diariamente o Ofício de Laudes e de Vésperas em parte ou no todo cantado.

Lisboa realizou um Encontro de preparação para a Páscoa. Um outro encontro aconteceu em Penafirme. vai fazer-se um encontro com os responsáveis dos Coros. Para o próximo ano projectam dois encontros de preparação: um para a Páscoa e outro para o Advento, acompanhados de formação litúrgica. Ainda não existe qualquer Escola Diocesana de Música Sacra. Há, de facto, algumas escolas particulares que ensinam música, mas ligadas a paróquias.

COIMBRA: O P. Augusto Frade relatou as actividades diocesanas nomeadamente o XV Encontro de Pastoral Litúrgica e o 1º Encontro de Leitores. Referiu que têm sido efectuados encontros de formação por arceprestados, cuja duração é de um dia ou de apenas uma tarde, atingindo, até agora mais de 500 pessoas. Fizeram um inquérito diocesano sobre Coros e instrumentos existentes. Foi criada, "ad experimentum", a escola Diocesana de Música Sacra; começará a funcionar no próximo ano escolar. Vai realizar-se um encontro de Coros Paroquiais da Religião Pastoral do Nordeste.

UISEU: O Cónego Figueiral relatou as actividades diocesanas referindo-se a 8 encontros de Coros feitos nas várias regiões. Contactaram todas as Bandas musicais e está programado um encontro com os seus regentes. Ainda não têm Escola Diocesana, mas estão a fazer esforços pela sua criação.

LEIRIA: O Cón. Carlos Silva disse que ainda não há uma Escola diocesana de Música Sacra, devido, sobretudo à falta de professores. As reuniões de preparação para a Páscoa (a nível nacional) não foram muito participadas, pois tiveram apenas a participação de cerca de 70

pessoas. No Seminário a música ocupa uma parte importante na formação: cantam diariamente Laudes e Vésperas e têm aulas de música (inclusive de Canto Gregoriano) em todos os anos até ao final do Curso.

BRAGA: Mons. José Fernandes da Silva referiu a realização de um Encontro diocesano de Coros no qual participaram 68 Coros e cerca de 3.000 cantores ao qual presidiu o Arcebispo diocesano. As audições dos coros foram feitas simultaneamente em 13 igrejas da cidade de Braga.

Funcionam algumas escolas de música a nível paroquial e regional e existe em plena actividade a escola Diocesana de Música Sacra.

## **2. Cursos de Música de Verão**

Sobre esta realização do SNMS em colaboração com o Santuário de Fátima, o Secretariado Nacional de Liturgia e a Universidade Católica, Mons. José Fernandes da Silva prestou alguns esclarecimentos acerca das condições de admissão.

## **3. Programa de trabalho do SNMS para 1991-1992**

- Concerto nas igrejas. Convém apresentar legislação que garanta um mínimo de uniformidade.
- Continuar o estudo do programa de ensino da música nos Seminários e Casas religiosas.
- Fazer encontros regionais com grupos de crianças. Para isso, convém que nas catequeses a música litúrgica tenha o lugar que lhe compete.
- Problemas da música de Jovens: Foram trocadas impressões sobre a influência dos movimentos ou grupos como: "convivas, carismáticos, shalon..." com os seus cantos próprios. Concluiu-se que é necessário dar formação litúrgico-musical desde a infância.

## Edição definitiva do Missal

Este número de Boletim sai pouco antes da publicação do *Missal* na sua edição definitiva.

Todos sabemos que o texto em uso foi feito em circunstâncias difíceis e com a preocupação de atender rapidamente a impaciência do povo crente que, após a concessão do uso das línguas vernáculas pelo Concílio do Vaticano II, ansiava poder celebrar a Missa na nossa língua.

De então para cá, fez-se uma revisão profunda do texto português, traduziram-se as partes que faltavam ou foram sendo acrescentadas pela competente autoridade romana, chegou-se a acordo com o Brasil quanto à fórmula consecratória e aos diálogos entre o presidente e a assembleia, preparou-se uma nova Anáfora a partir do original suíço e depois do texto latino que o oficializou e se lhe seguiu, e concluiu-se um acordo com os Países Africanos de Língua Portuguesa, que reconhecem oficialmente, como seu, este nosso texto do Missal.

A publicação, desta edição definitiva do Missal em português constitui, a muitos títulos, um acontecimento litúrgico de grande projecção e um marco histórico na vida religiosa do povo português e dos povos africanos que o vão usar.

Limitamo-nos, para já, a saudar com alguma emoção o Missal que deverá utilizar-se pela primeira vez nas nossas catedrais durante as celebrações da próxima Páscoa, e a reproduzir as palavras da sua apresentação.

*«Aprovada pelas Conferências Episcopais de Portugal, de Angola e S. Tomé, de Moçambique, e pelos Bispos de Bissau e Cabo Verde, e confirmada pela Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, torna-se agora pública a edição em língua portuguesa do Missal Romano reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI.*



*A presente versão substitui qualquer outra anteriormente em uso.*

*Esta edição destina-se a Portugal e aos Países Africanos de língua oficial portuguesa e, por isso, nela se inserem, no lugar e dia respectivo, as celebrações do **Próprio** de cada um destes países.*

*As fórmulas consecratórias nas Orações Eucarísticas e as respostas da assembleia aos diálogos são também comuns ao Brasil, o que facilita a participação nas mesmas celebrações a todos os que se exprimem em língua portuguesa.*

*No que se refere à Oração Eucarística, por expressa indicação da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos:*

- 1. mantêm-se no corpo do **Ordinário** as quatro Orações Eucarísticas anteriores;*
- 2. é introduzida uma nova Oração Eucarística, enriquecida com quatro variantes, que pode ser usada nas Missas para as diversas circunstâncias (ad diversa), e que, por isso, vem inserida no Missal junto dessas Missas;*
- 3. as Orações Eucarísticas das Missas com Crianças e das Missas da Reconciliação vêm no Apêndice.*

*No que se refere ao canto, apresentam-se dois tons de melodias: um mais solene (Tom I), outro mais simples (Tom II). Embora cada um deles possa ser usado em qualquer celebração, é, no entanto, louvável que, na medida do possível, se atenda à categoria litúrgica de cada celebração. Sendo melodias oficiais, não devem ser substituídas por quaisquer outras.*

*Possa esta edição do **Missale Romanum** em língua portuguesa unir no mesmo louvor os vários povos que a utilizam para expressar a mesma fé da única Esposa de Cristo, e que encontram o sinal maior da sua unidade na celebração da Eucaristia».*

*Santarém, 2 de Fevereiro de 1992*

**ANTÓNIO FRANCISCO MARQUES**

*Bispo de Santarém*

*Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia em Portugal*

## XVIII Encontro Nacional

Com o cuidado e o tempo que uma realização destas supõe, o SNL prepara o próximo Encontro Nacional e espera publicar brevemente o seu programa completo e abrir então o prazo das inscrições.

Para já, confirma-se a data anunciada no ano passado, ou seja, a última semana de Julho, que vai de 27 a 31.

Também já se pode informar que o Encontro terá como temática *O Ministério e os Ministérios na Igreja*, a qual se distribuirá pelos seguintes temas: 1. *Ministérios e Comunidade Eclesial*, 2. *O Ministério dos Bispos, dos Presbíteros e dos Diáconos*, 3. *O Novo Pontifical das Ordenações* (apresentação), 4. *A Ordenação do Bispo, do Presbítero e do Diácono*, 5. *Os Ministérios Instituídos*, 6. *A Teologia do Ministério na Igreja*, e, em trabalho de grupos, 7. *O Ministério da Presidência*, 8. *O Ministério do Leitor*, 9. *O Ministério do Acólito e do Ministro Extraordinário da Comunhão*, 10. *O Ministério da Música Litúrgica*.

## IV Encontro das Comissões e Serviços de Arte Sacra das Dioceses do Sul

Realizou-se nos dias 17 e 18 de Janeiro, no Seminário de S. José da Diocese do Algarve, em Faro, o IV Encontro das Comissões e Serviços de Arte Sacra das Dioceses do Sul, com a presença das dioceses de Beja, Évora, Setúbal e Algarve. A diocese de Santarém participou na qualidade de observador. O Senhor D. Manuel Madureira Dias, Bispo do Algarve, esteve presente nas sessões de trabalho.

Na sequência e em aprofundamento dos Encontros anteriormente realizados, procedeu-se a uma análise das questões que hoje se colo-

cam no âmbito da preservação e valorização do Património Histórico-Cultural da Igreja na região sul. As conclusões deste encontro foram as seguintes:

- A necessidade de motivar e sensibilizar as comunidades cristãs para a salvaguarda dos valores culturais e espirituais, que o Património à sua guarda encerra;
- A importância de se formarem membros das comunidades cristãs de modo a participarem e actuarem eficazmente na defesa e conservação do património;
- Incrementar a colaboração entre as dioceses em tudo o que diz respeito ao Património, nomeadamente através do intercâmbio de experiências e da continuação de iniciativas e actividades conjuntas;
- Presença maior desta problemática nos meios de comunicação social, particularmente na imprensa regional;
- Reconhecimento do esforço feito por algumas dioceses para a constituição de museus de Arte sacra, na realização de exposições monográficas e na urgência do seu alargamento;
- A necessidade de elaborar documentação formativa e de apoio destinada às pessoas que tratam e cuidam do património;
- Dar maior divulgação à Nota Pastoral da Conferência Episcopal sobre o Património Histórico-Cultural e insistir na concretização das suas orientações.

Os trabalhos contaram com um programa cultural complementar de visitas ao Paço Episcopal de Faro, ao Museu Paroquial de Moncarapacho e às obras da nova igreja de S. Luís, em Faro.